



## EDITAL

N.º de Registo	13265	Data	17/11/2017	Processo	2017/150.10.701/24
----------------	-------	------	------------	----------	--------------------

**FERNANDA MARIA PEREIRA ASSEICEIRA**, Presidente da Câmara Municipal de Alcanena:

Faz saber, em cumprimento do determinado no art.º 35.º, n.º1, alínea t), conjugado com o art.º 56º., ambos do anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, que se resumem no seguinte as deliberações tomadas por este Órgão Executivo, na reunião ordinária n.º 20, de 06 de novembro do corrente ano, destinadas a ter eficácia externa:

- **Aprovada** a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no passado dia dezoito de setembro de dois mil e dezassete.

- **Aprovada** a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no passado dia vinte de outubro de dois mil e dezassete.

- **Tomado conhecimento** do Despacho de distribuição de Áreas/Setores de Intervenção pelos Eleitos Locais.

- **Tomado conhecimento** do Despacho de Delegação de Competências na Vice-Presidente, Maria João Martins Antunes Gomez.

- **Tomado conhecimento** do Despacho de Delegação de Competências no Vereador Luís Miguel Martins Pires.

- **Tomado conhecimento** do Despacho de Delegação de Competências no Vereador Hugo André Silva Ferreira Santarém.

- **Aprovada** a Proposta de Definição das Taxas de IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar no Exercício Económico de dois mil e dezoito, nomeadamente:

a) Fixar a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar na liquidação do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis em dois mil e dezoito, em zero vírgula quatrocentos e quinze por cento - Para prédios urbanos, conforme alínea. c), do número um, do Artigo centésimo décimo segundo, do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



b) Minorar as taxas referentes aos edifícios utilizados como habitação e recuperados há oito anos, ou menos, cuja recuperação seja devidamente comprovada por licença, autorização municipal ou participação, conforme previsto no número seis do Artigo centésimo décimo segundo, do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, beneficiando de uma redução de:

- i. Edifícios recuperados há oito anos – cinco por cento
- ii. Edifícios recuperados há sete anos – dez por cento
- iii. Edifícios recuperados há seis anos – quinze por cento
- iv. Edifícios recuperados há cinco anos – vinte por cento
- v. Edifícios recuperados há quatro anos – vinte e cinco por cento
- vi. Edifícios recuperados há três anos ou menos – trinta por cento

c) Estabelecer uma majoração de trinta por cento para os edifícios que apresentem estado de degradação avançado – prédios em ruínas, devidamente reconhecido pela comissão de vistoria de utilização e conservação do edificado, prevista no artigo nonagésimo do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - sobre os quais venha a recair notificações municipais de intimação, ao abrigo no número dois, do artigo octogésimo nono, do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, para realização de obras ou demolições, de modo a colmatar más condições de segurança e salubridade, enquanto não forem executadas as obras intimadas (em conformidade com o descrito no número oito do artigo centésimo décimo segundo e com o artigo décimo quarto, do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis);

d) Conforme alteração efetuada ao CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, pelo Artigo centésimo sexagésimo segundo, da Lei número sete-A/dois mil e dezasseis, de trinta de março, aditando o artigo centésimo décimo segundo-A, fixar uma redução da taxa de imposto de acordo com o número de elementos dependentes do agregado familiar, na taxa mencionada na alínea a) anterior, nos casos de imóveis destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, coincidente com o domicílio fiscal, assim definido:

Um dependente a cargo: dedução de vinte euros;

Dois dependentes a cargo: dedução de quarenta euros;

Três ou mais dependentes a cargo: dedução de setenta euros;

e) Remeter à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, considerando ser matéria da competência daquele Órgão, nos termos das alíneas d) do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- **Deliberado** propor à Assembleia Municipal que mantenha, para o ano dois mil e dezoito, a Participação Variável do Município no IRS - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, dos Sujeitos Passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Concelho de Alcanena, em cinco por cento, ou seja, a percentagem prevista no número um do artigo vigésimo sexto, da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro.

- **Deliberado** propor à Assembleia Municipal que mantenha em um vírgula cinco por cento, o percentual a aplicar na taxa da Derrama em dois mil e dezoito, já que esta matéria é competência daquele Órgão, nos termos das alíneas d) do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

- **Deliberado** propor à Assembleia Municipal, a aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), fixando em zero vírgula vinte e cinco por cento, o seu percentual, para aplicação em dois mil e dezoito, uma vez que esta matéria é da competência daquele Órgão, conforme refere a alínea b) do número um do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

- **Tomado conhecimento** da Listagem dos despachos proferidos pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, no período de doze de setembro a trinta de outubro de dois mil e dezassete, no uso dos poderes delegados pela Câmara na reunião de vinte de outubro de dois mil e dezassete

- **Autorizada** a atualização da Tabela de Taxas e Licenças do Município de Alcanena com a Taxa de Inflação prevista no Relatório do Orçamento do Estado para dois mil e dezoito, fixada em um vírgula quatro por cento e que se proceda à emissão de cadernetas, de acordo com os valores decorrentes da atualização para a utilização dos equipamentos municipais, nomeadamente: piscinas municipais, mercado, campo de ténis, pavilhão gimnodesportivo de Minde e pavilhão Carlos Calado.

- **Deliberado** submeter à Assembleia Municipal, para que a mesma delibere, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, o seguinte:

1 - Para os efeitos previstos na alínea c) do número um do artigo sexto, da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, emitir Autorização Prévia Genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



a) - Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;

b) - Os seus encargos não excedam o limite de noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

2 - A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

3 - Delegado na Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do número um, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.

4 - O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos números um e dois, já assumidas, a assumir ou que produzam efeitos a partir de quinze de outubro de dois mil e dezassete.

5 - Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ou modificados ao abrigo da Autorização Prévia Genérica que ora se propõe.

- **Aprovada** a Terceira Adenda ao Contrato de Empréstimo de Médio Longo Prazo, celebrado com o Banco Português de Investimentos, Sociedade Aberta, em quinze de maio de dois mil e dezassete, até ao valor de três milhões oitocentos e setenta e oito mil euros, com vista ao financiamento da contrapartida nacional de investimentos financiados por Fundos Comunitários, cuja autorização de contratação foi dada em sessão de Assembleia Municipal, sob proposta aprovada em reunião de Câmara, ambas realizadas no dia dezanove de abril passado, à entidade ordenada em primeiro lugar, Banco BPI – Banco Português de Investimentos, Sociedade Aberta, a celebrar entre a referida entidade bancária e o Município de Alcanena, ao abrigo da alínea f) do número um do artigo trigésimo terceiro do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

- **Aprovada** a transferência de novecentos e sessenta e um euros e dez cêntimos para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, relativo à comparticipação financeira no Projeto “Melhoria da Mobilidade: Transporte a Pedido no Médio Tejo (Despesa Corrente)

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- **Indeferido** o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos relativamente à fatura número dois mil e dezassete zero zero zero quatro quatro dois um dois, emitida em onze de agosto de dois mil e dezassete, em nome de Maria da Conceição Ferreira Casal Oliveira, pela Luságua Alcanena – Gestão de Águas, Sociedade Anónima, respeitante ao período de faturação de oito de junho a oito de agosto de dois mil e dezassete, por não estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do Edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze, uma vez que o pedido foi entregue após os trinta dias definidos no referido Edital, concedendo prazo de audiência prévia, ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo.

**Deferido** o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos relativamente à fatura dois mil e dezassete zero zero zero cinco zero sete cinco nove, emitida em doze de setembro de dois mil e dezassete pela firma Luságua Alcanena – Gestão de Águas Sociedade Anónima, em nome de Maria da Conceição Ferreira Casal Oliveira, respeitante ao período de faturação de nove de agosto a oito de setembro de dois mil e dezassete, por estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do Edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze.

- **Deferido** o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos relativamente à fatura dois mil e dezassete zero zero zero cinco três cinco três zero, emitida em vinte e sete de setembro e um de julho de dois mil e dezassete pela firma Luságua Alcanena – Gestão de Águas Sociedade Anónima, em nome de Gregório de Jesus Amando, respeitante ao período de faturação de vinte e cinco de agosto a vinte e cinco de setembro de dois mil e dezassete., por estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do Edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze.

- **Deferido** o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos relativamente à fatura dois mil e dezassete zero zero zero cinco três nove três zero, emitida em vinte e nove de setembro de dois mil e dezassete pela firma Luságua Alcanena – Gestão de Águas Sociedade Anónima, em nome de João Abreu da Silva, respeitante ao período de faturação de vinte e nove de agosto a vinte e oito de setembro de dois mil e dezassete, por estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do Edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze.

- **Deferido** o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos relativamente à fatura dois mil e dezassete zero zero zero cinco seis um zero três, emitida em onze de outubro de dois mil e dezassete pela firma Luságua Alcanena – Gestão de Águas,

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



Sociedade Anónima, em nome de Maria Liseta Nico Vardasca Barbosa Queirós, respeitante ao período de faturação de cinco de agosto a seis de outubro de dois mil e dezassete, por estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do Edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze.

- **Deferido** o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos relativamente à fatura dois mil e dezassete zero zero zero cinco zero sete cinco sete, emitida em doze de outubro de dois mil e dezassete pela Luságua Alcanena – Gestão de Águas, Sociedade Anónima, em nome de Álvaro da Silva Modesto, respeitante ao período de faturação de nove de agosto a oito de setembro de dois mil e dezassete, por estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do Edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze.

- **Tomado conhecimento** da Alteração número cinquenta e dois ao Orçamento e número quarenta e seis às Grandes Opções do Plano.

- **Tomado conhecimento** da Alteração número cinquenta e três ao Orçamento e número quarenta e sete às Grandes Opções do Plano.

- **Tomado conhecimento** da Alteração número cinquenta e quatro ao Orçamento e número quarenta e oito às Atividades Mais Relevantes.

- **Tomado conhecimento** da Autorização para realização de despesas correspondentes ao total dos documentos cabimentados no período de catorze a vinte e sete de outubro de dois mil e dezassete, no valor global de trinta e quatro mil cento e oitenta e sete euros e oitenta e um centimos.

- **Tomado conhecimento** da Relação dos compromissos efetuados no período de catorze a vinte e sete de outubro de dois mil e dezassete, no valor de cento e dez mil cento e sessenta e quatro euros e vinte e um centimos.

- **Tomado conhecimento** da Relação das Ordens de pagamento autorizados por despacho no período de catorze a vinte e sete de outubro de dois mil e dezassete:

- Operações Orçamentais no valor total de quinhentos e oitenta e cinco mil oitocentos e quarenta euros e trinta e quatro centimos, correspondentes às autorizações números quatro mil quatrocentos e quarenta e nove a quatro mil seiscentos e oitenta e seis;

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Operações de Tesouraria no valor total de dez mil cento e vinte e cinco euros, correspondentes às autorizações números duzentos e setenta a duzentos e noventa e nove.

- **Tomado conhecimento** da Relação dos pagamentos efetuados no período de catorze a vinte e sete de outubro de dois mil e dezassete:

- Operações Orçamentais no valor total de quatrocentos e onze mil trezentos e cinquenta e sete euros e cinco cêntimos;

- Operações de Tesouraria no valor total de cinquenta e cinco mil cento e treze euros e cinquenta e quatro cêntimos.

- **Tomado conhecimento** do resumo Diário de Tesouraria do dia três de novembro dois mil e dezassete, o qual acusa um saldo de um milhão, trezentos e dezoito mil setecentos e onze euros e sessenta e nove cêntimos, sendo um milhão cento e trinta e seis mil setecentos e dezoito euros e onze cêntimos de Operações Orçamentais e cento e oitenta e um mil novecentos e noventa e três euros e cinquenta e oito cêntimos de Operações de Tesouraria.

- **Aprovada** a despesa a suportar pelo Município com o fornecimento de refeições escolares dois mil e dezassete/dois mil e dezoito aos alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico de Alcanena e de Minde

- **Aprovado** o pedido de pagamento em prestações da dívida de transporte em ambulância, solicitado pelo senhor Alexandre Ferreira Rodrigues. O pagamento será feito em três prestações mensais, de vinte, vinte e trinta e quatro euros, respetivamente, com início em novembro. Acresce ao valor de cada prestação os juros de mora calculados à data da entrada do pedido nos serviços, sendo aqueles contados sobre o respetivo montante desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data da entrada do pedido.

- **Deliberado** informar a Cabeça de Casal da Herança de Joaquim José Carvalho Pereira de que é intenção desta Câmara Municipal declarar a caducidade da aprovação do licenciamento, nos termos do artigo septuagésimo primeiro do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze, de nove de setembro, bem como o seu arquivamento, por não ter sido requerida a emissão do alvará de licenciamento de obras no prazo estipulado para o efeito.

Mais, foi deliberado informar a Cabeça de Casal de que, caso tenha algo a argumentar ou a expor ao acabado de decidir, apresente, por escrito, no prazo de dez dias, contados da data de

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



depósito da notificação, em sede de audiência prévia, exposição acerca da presente decisão, findos os quais será declarada a caducidade da aprovação do licenciamento, nos termos da legislação mencionada.

- **Deliberado** aceitar a doação do livro Histórias Memórias & Contos Tontos, à Biblioteca Municipal de Alcanena, efetuada pela Senhora Maria do Céu Nogueira, livro esse da sua autoria.

- **Deliberado** aceitar a doação de livros à Biblioteca Municipal de Alcanena, efetuada pelo Senhor Dalindo Louro.

- **Deliberado** aceitar a doação do livro WHITE, Ellen G. História da Esperança. Publicadora Servir: Almargem do Bispo, dois mil e dezassete, à Biblioteca Municipal de Alcanena, efetuada pelo Senhor Paulo Fonseca.

- **Deliberado** aceitar a doação de livros à Biblioteca Municipal de Alcanena, efetuada pelo Senhor Marcus de Noronha.

- **Deliberado** aceitar a doação de livros à Biblioteca Municipal de Alcanena, efetuada pelo Senhor Marcus de Noronha da Costa.

- **Deliberado** aceitar a doação de livros à Biblioteca Municipal de Alcanena, efetuada pelo Senhor Fernando Coutinho Henriques.

E, para constar, se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

A Presidente da Câmara

---

(Fernanda Maria Pereira Asseiceira)

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autografa<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.